



**ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**CONTRATO Nº 13/2024  
PROCESSO Nº 5781/2023  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 163/2023**

**1- QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	<b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	<b>AVENIDA AUGUSTO FRANCO, Nº 3.150 - CENTRO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE SENADOR GILVAN ROCHA, BAIRRO PONTO NOVO – CEP: 49.097-670 ARACAJU/SE.</b>
<b>CNPJ Nº</b>	<b>04.384.829/0001-96</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	<b>SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE – WALTER GOMES PINHEIRO JÚNIOR</b>
<b>CARTEIRA DE IDENTIDADE</b>	<b>3.426.525-2 SSP/SE</b>
<b>CPF Nº</b>	<b>218.308.228-37</b>
<b>PROFISSÃO:</b>	<b>MÉDICO</b>
<b>ESTADO CIVIL:</b>	<b>CASADO</b>

**2- QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	<b>MR INDUSTRIA E COMERCIO DE TOLDOS E TENDAS LTDA - EPP</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	<b>AV. NIQUEL, QUADRA 01 LOTE 01, ALFREDO SEBASTIÃO BATISTA - BARRO ALTO – GOIÁS/GO</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>(62) 3558-2341</b>
<b>CNPJ:</b>	<b>21.333.472/0001-36</b>
<b>E-MAIL:</b>	<b>MR.VENDAS1@OUTLOOK.COM</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	<b>LUCAS TEODORO DE OLIVEIRA</b>
<b>CPF:</b>	<b>020.483.661-12</b>
<b>RG:</b>	<b>5570962 – CTPS/GO</b>

O presente contrato está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e sua legislação suplementar, regendo-se pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93).**

**1.1-** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de Serviços de Aquisição e Instalação de Módulos (Cobertura Modelo “Sombreador”) para 43 vagas de Veículos, no estacionamento do Centro Administrativo da Saúde - CAS, conforme

Centro Administrativo da Saúde – Rede Estadual da Saúde – Av. Augusto Franco, Bairro Ponto Novo, nº 3.150, CEP 49.047-040, Aracaju – Sergipe.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

especificações técnicas constantes do Edital e seus anexos referentes ao Pregão nº 163/2023 e integrantes a este independente de transcrição

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO (art. 55, inciso II, da Lei nº 8.666/93).**

**2.1** Os serviços serão prestados conforme descrição do termo de referência e o disposto na **CLÁUSULA QUINTA** deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93).**

**3.1** O valor total do presente contrato é de aproximadamente R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QTDE	VALOR TOTAL	MARCA
01	Aquisição e Instalação de Módulos (Cobertura Modelo “Sombreador”) para 43 de Veículos, referente a 587,5 M².	UND	43	R\$ 115.000,00	MR Toldos e Tendas

§ 1º - O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do termo de aceite pelo gestor do contrato, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável e conforme as condições previstas no termo de referência;

§ 2º - A contratante reterá 11% (onze por cento) do valor bruto da nota fiscal, do recibo ou da fatura para posterior recolhimento à Previdência Social, caso a contratação se configure como cessão de mão de obra ou empreitada, conforme artigos 112 a 117 da Instrução Normativa RFB no. 971, de 13 de novembro de 2009;

§ 3º - Cabe ao Estado de Sergipe promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

§ 4º - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS - CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado;

§ 5º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

§ 6º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7º - O preço será reajustável (repactuado) toda vez que houver alteração dos custos do serviço em decorrência do acordo, convenção ou dissídio coletivo da respectiva categoria, obedecendo-se os índices e valores homologados pela autoridade federal, mediante a celebração de termo aditivo.

I – A repactuação somente poderá ocorrer após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado:

a) da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, que, neste último caso, será a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, ou ainda, a data do aumento do salário mínimo, vedada, em todo caso, a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos anteriormente;

b) da data da última repactuação.

§ 8º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no caput desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA;

§ 9º - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no §1º reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação;

§10 - Conforme o código da Receita nº 6147, a contratante reterá 1,2% (um vírgula dois por cento) do valor bruto da nota fiscal, do recibo ou da fatura, a título de retenção do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, consoante o que dispõem as Instruções Normativas RFB n.ºs 1234/2012 e 2145/2023 e o Decreto Estadual n.º 331, de 27 de junho de 2023”.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA(Art. 55, inciso IV, da Lei nº 8.666/93).**



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**4.1** O prazo de duração do Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias e começará a fluir a partir da data de sua assinatura. Possibilidade de prorrogação por igual período, desde que seja apresentada justificativa técnica comprovando a impossibilidade de execução dos serviços no prazo estimado.

**CLAUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** Os bens adquiridos serão fornecidos nas datas e horários definidos no projeto básico, nas condições estipuladas nos termos de referência e no projeto básico, bem como, supletivamente, na proposta de preços.

§ 1º - O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73 incisos I e II, “a” e “b”.

§ 2º - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).**

**6.1** As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da SES para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO	VALOR ESTIMADO
20401	10.302.0017	0019	4.4.90.52	1500	R\$ 115.000,00

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII, da Lei nº 8.666/93).**

**7.1** A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**7.1.1** Fornecer os bens adquiridos em estrita observância às disposições do Edital e da proposta e ainda conforme as responsabilidades dispostas a seguir;

**7.1.2** Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**7.1.3** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

**7.1.4** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência da contratante;

**7.1.5** Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante;

**7.1.6** Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;

**7.1.7** Caso o contrato possua valor igual ou superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), a contratada deve apresentar programa de integridade, nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.866/2021 do Estado de Sergipe, regulamentada pelo Decreto nº 41.008/2021 do Governo Estadual e pela Portaria nº 001/2022 da Secretaria de Estado da Transparência e Controle do Estado de Sergipe ([https://www.se.gov.br/setc/setc\\_programa\\_de\\_integridade](https://www.se.gov.br/setc/setc_programa_de_integridade));

**7.1.8** Todas as obrigações previstas no Termo de Referência

**7.2** A **CONTRATANTE**, durante a vigência deste Contrato, comprometem-se a:

**7.2.1** Fornecer à contratada as informações necessárias ao cumprimento do presente contrato;

**7.2.2** Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços;

**7.2.3** Acompanhar e fiscalizar, a execução dos serviços;

**7.2.4** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;

**7.2.5** Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com o estabelecido no Contrato.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

---

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002).**

**8.1** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à (ao) CONTRATADA (O) as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

b) 10 % (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente;

III - impedimento de licitar e de contratar com o Estado de Sergipe pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 1º O valor da multa aplicada será descontado do valor da garantia prestada, retido dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrado judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

§ 2º A contagem do período de atraso na execução dos ajustes será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93).**

**9.1** Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.



**ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

§ 2º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO**  
**(Art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93).**

**10.1** Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito do Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº. 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO**  
**CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII, da Lei nº 8.666/93).**

**11.1** O presente Contrato fundamenta-se:

**I** - nos termos do **Pregão Eletrônico nº. 163/2023** que, simultaneamente:

**a)** constam do Processo Administrativo **nº 5781/2023**

**b)** não contrarie o interesse público;

**II** - nas demais determinações da Lei 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decretos Estaduais nº 26.531/09 e nº 26.533/09.

**III** - nos preceitos do Direito Público;

**IV** - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

**Parágrafo único** - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO.**



**ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

**12.1** O Contratante publicará, no Diário Oficial do Estado, o extrato do presente Contrato no prazo de 20 (vinte) dias da data de sua assinatura, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**13.1** O Contratado prestará garantia contratual nos termos do item 4.4.3 do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES (ART. 65, LEI Nº 8.666/93).**

**14.1** Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93, devidamente comprovados;

§ 1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato;

§ 2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE CONTRATUAL.**

**15.1** Para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser aplicado reajuste, após 12 meses, a contar da apresentação da proposta de preços, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).**

**16.1** Na forma do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, ficam designados os servidores **DÉCIO CARVALHO DE ARAGÃO FILHO**, R.G. 966.908-SSP/SE e no CPF 913.390.815-05 e **MATHEUS HENRIQUE PASSOS DE SOUZA**, RG nº 3.414.013-1 e no CPF 058.338.725-02





**ESTADO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**

ambos devidamente credenciados, aos quais competirão dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução e que de tudo dará ciência ao credenciante (art. 67 da Lei nº8.666/93). § 1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

§ 2º - A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

**17.1** As partes contratantes elegem o Foro da Capital do Estado de Sergipe como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

**17.2** E, por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, a fim de que produza seus efeitos legais.

Aracaju,        de        de 2024.

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**  
**Representada por WALTER GOMES PINHEIRO JUNIOR**  
**CONTRATADA**

**MR INDUSTRIA E COMERCIO DE TOLDOS E TENDAS LTDA - EPP**  
**Representada por LUCAS TEODORO DE OLIVEIRA**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**